

N^o 63

Ano 2

Coleção

TEXTOS ACADÊMICOS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A MÃO-DE-OBRA E O SISTEMA FUNDIÁRIO EM “CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL POR SUAS DROGAS E MINAS”

Wicliffe de Andrade Costa



Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Filosofia, História e Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, HISTÓRIA E GEOGRAFIA



A MÃO-DE-OBRA E O SISTEMA FUNDIÁRIO EM
"CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL POR
SUAS DROGAS E MINAS"

WICLIÁFFE DE ANDRADE

Monografia submetida à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme Res. nº 30/81 do CONSEPE, para fins de processo seletivo objetivo para a inclusão de Auxiliares de Ensino e Professores Colaboradores na referência inicial da classe de Professores assistente.

REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
NATAL, JANEIRO DE 1982

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS, 63

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima

VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto

COORDENADORES DO PROGRAMA: Heloísa Carmen Lordão Monteiro

Maria Salete Pereira da Silva

João Afonso do Amaral

EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira

Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza

Roberto Anderson da Silva

José Tavares Filho

Costa, Wicliffe de Andrade.

A mão-de-obra e o sistema fundiário*em "Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas". Natal, PRAEU, 1982.

29f.

Monografia (concurso) Univ. Fed. Rio Grande do Norte.

1. Historiografia - Brasil - Monografias. 2
Brasil - Condições econômicas - Monografias. I
Título.

CDU 82-94(81)(043.3)



A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral, demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma definição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima
Reitor



S U M Á R I O

Pág.

I - INTRODUÇÃO

II - SOBRE O AUTOR

- | | |
|---|----|
| 1. Dados biográficos | 05 |
| 2. A obra e sua importância historiográfica | 05 |

III - O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

- | | |
|-------------------------------------|----|
| 1. A mão-de-obra açucareira | 10 |
| 2. A mão-de-obra na lavra do tabaco | 15 |
| 3. A mão-de-obra nas minas de ouro | 16 |
| 4. A mão-de-obra na criação de gado | 16 |

IV - O SISTEMA FUNDIÁRIO

- | | |
|--------------------------|----|
| 1. Na região açucareira | 18 |
| 2. Na cultura do fumo | 20 |
| 3. Na zona da mineração | 20 |
| 4. Na região de pecuária | 21 |

V - APRECIÇÃO PESSOAL

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Presença obrigatória em todo catálogo bibliográfico da historiografia brasileira, "Cultura e Opulência do Brasil", de André João Antonil, é uma obra tão rica que pode ser analisada sob várias perspectivas. Para o presente trabalho, escolhemos dois dos seus aspectos básicos: a força de trabalho e o regime de propriedade, nas quatro atividades econômicas que são abordadas por Antonil.

Inicialmente, focalizamos o seu autor e procuramos mostrar a posição que a obra ocupa dentro da produção historiográfica brasileira. As leituras do livro, bem como o seu fichamento, nos permitiram sistematizar e comparar o que é trazido por Antonil sobre a mão-de-obra e o sistema fundiário em meio a outros assuntos, dispersamente. E, finalmente, fizemos algumas colocações de ordem pessoal, a partir das idéias que nos ocorreram à medida que estudávamos a obra; veremos isto à guisa de conclusão.

"Cultura e Opulência do Brasil" teria ganho outras dimensões se houvéssimos traçado o panorama metropolitano e, sobretudo, colonial em que foi produzida. Isto, porém, ultrapassaria os limites de um trabalho monográfico.

Embora sabendo de uma edição crítica feita pela Professora Alice Piffer Canabrava e de outra, por Andrée Mansuy - esta em francês - não tivemos ocasião de nos valer dos subsídios. Talvez o nosso trabalho sofra devido a esta circunstância.

Não obstante as críticas que lhe são feitas, tivemos de utilizar o texto das Edições Melhoramentos, publicado em 1976, a sua 11.ª edição, por ser a única a que tivemos acesso.

SOBRE O AUTOR

DADOS BIOGRÁFICOS

André João Antonil é aceito atualmente como o pseudônimo do jesuíta João Antônio Andreoni e autor de "Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas". Deve-se a Capistrano de Abreu a identificação de André João Antonil com João Antônio Andreoni, em 1886; fato divulgado pela primeira vez nas "Informações e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta, S. J.", cujo prólogo foi escrito por aquele historiador.

João Antônio Andreoni nasceu na cidade de Luca, na Toscana (Itália), em 6 de Fevereiro de 1649. Antes de entrar para a vida religiosa, como membro da Companhia de Jesus, estudou Direito Civil na Universidade de Perúzia. Vocacionado para a vida sacerdotal, ingressou na Ordem dos Jesuítas em 20 de Maio de 1667. A convite do Padre Antônio Vieira, veio para o Brasil em 1681. Na Bahia, foi Professor de Retórica, disciplina na qual recebera a primeira lâurea, quando ainda estudava no Colégio de Roma. Exerceu no Brasil muitos outros cargos: Diretor da Congregação de Estudantes, Secretário do Padre Visitador Antônio Vieira, e de alguns provinciais, Visitador local de Pernambuco, mestre de noviços, Reitor do Colégio de S. Salvador e Provincial na América Portuguesa. Andreoni faleceu a 16 de Março de 1716, na Bahia, aos 67 anos de idade.

Além de "Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas", são atribuídos à pena de João Antônio Andreoni uma biografia de Vieira - "Vida do Padre Antônio Vieira", "Sobre as coisas do Brasil", um índice dos manuscritos escritos e deixados por Vieira após sua morte, outros ensaios menores, sermões e cartas. A Andreoni também se deve a tradução de um livro antijudaico - a "Sinagoga desenganada".

A OBRA E SUA IMPORTÂNCIA HISTORIOGRÁFICA

O livro "Cultura e Opulência do Brasil" foi publicado pela primeira vez em 1711, em Lisboa, na oficina Real Deslandesiana. Apesar de ter todas as licenças necessárias, tanto do

Santo Ofício como do Paço Real, a obra, posta à venda em 6 de Março, foi proibida de circular, no dia 17 de Março seguinte, mediante ordem régia. O livro foi então recolhido e queimado. Desta primeira edição, sabe-se da existência de apenas sete exemplares. A maior parte dos estudos que procuram analisar as razões da proibição da obra, por parte de D. João V, aponta para o fato de Antonil relatar minuciosamente as riquezas da colônia portuguesa e assim despertar a cobiça por parte de outras nações européias. E isto se torna mais convincente quando nos lembramos que na "Cultura e Opulência do Brasil" há uma descrição completa dos roteiros que davam às minas de ouro e pedras preciosas, informações que ao governo português não interessava, de modo algum, divulgar.

"Cultura e Opulência do Brasil" é dividido em quatro partes, tratando sucessivamente da agro-indústria açucareira, da lavoura do fumo, da mineração - sobretudo do ouro - e da criação do gado. A primeira parte da obra é a mais extensa, constituindo mais da metade do seu conteúdo. Pelo que podemos ver no "Proêmio" do livro, ao tratar do açúcar o autor valeu-se de observações 'in loco' no engenho real de "Sergipe do Conde" que, de tão celebrado, era "quase rei dos engenhos reais". Os demais assuntos, tratados bem mais sinteticamente, parece não terem sido escritos a partir de observação pessoal, mas por intermédio de outros. As alusões a informações recebidas são muitas quando Antonil trata do fumo, do ouro e do gado. Por exemplo, ao falar sobre o tabaco, ele afirma que abordara "tudo conforme as notícias certas que procurei e que me deram os mais inteligentes e mais versados nesta lavra, aos quais, no que direi, me reporto" (Segunda parte, Cap. I, p. 149). A relação dos preços das mercadorias na região das Minas também foi feita "sinceramente por quem assistiu nas gerais três anos" (Terceira parte, Cap. VII, p. 170).

Para avaliarmos a importância da obra de Antonil, vejamos o que sobre ela disseram grandes estudiosos da nossa História. Varnhagen qualifica "Cultura e Opulência do Brasil" como "um livro muito importante", fundamental para o conhecimento da situação comercial e industrial do Brasil nas primeiras décadas do século XVIII¹. O historiador Capistrano de Abreu, a quem se deve a identificação de Antonil com Andreoni, apreciava o livro como um dos mais importantes que se escreveram sobre o Brasil colonial, afirmando tratar-se de "uma das raras jóias da nos

sa literatura histórica². "Não há, talvez, em toda a nossa bibliografia obra cuja história seja tão cheia de curiosos incidentes (...) e o seu pobre livro hoje exaltado à altura de grande mérito que o reveste adorna-se agora com o histórico de sua atribulada carreira de perseguido, de exterminado, como de inapagáveis atributos gloriosos. Constitui um repositório preciosíssimo sobre a vida econômica do Brasil em princípios do século XVIII" - esta é a opinião de Affonso D'Escragnolle Taunay, a quem se deve a maior e mais completa biografia de Antonil, publicada na reedição da obra em 1923³. No prefácio à segunda edição completa de "Cultura e Opulência do Brasil" (1837), cuja responsabilidade cabe a José Silvestre Rebelo e Junius de Ville neuve, encontramos o seguinte comentário: "ele é útil a todos os estudiosos de economia pública, e em geral a todos os brasileiros (...). Há este raríssimo e interessante livro que se reimprime, contentando-se o editor com a glória que lhe toca, de quase ressuscitar uma jóia tão preciosa"⁴. Calógeras, por outro lado, aprecia a obra de Antonil qualificando-a como "um livro admirável" e de extraordinária importância, "um depoimento de notável valia" quando se trata de delinear a vida econômica no início do século XVIII⁵. Roberto Simonsen considera Antonil como "quem melhor descreve tudo quanto se relaciona com a cultura da cana e indústria do açúcar nos tempos coloniais". E no seu clássico "História Econômica do Brasil" lança mão de Antonil repetidas vezes, não apenas quando trata do açúcar, mas também ao abordar a criação do gado, a cultura do tabaco e a mineração⁶. Gilberto Freyre reconhece-lhe o valor ao citar diversas vezes Antonil em sua obra máxima - "Casa-Grande & Senzala"⁷.

Entre os historiadores mais modernos, podemos nos referir à professora Alice Canabrava, a quem devemos uma edição crítica da obra de Antonil e que se tem destacado na pesquisa sobre o autor. Ela afirmou tratar-se do maior autor colonial, idéia também esposada por Andrée Mansuy, professora da Sorbonne responsável pela tradução francesa e comentário crítico da "Cultura e Opulência"⁸. O historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello Neto expressa idéia semelhante. Fernando Sales nos diz que "Cultura e Opulência do Brasil é, sem dúvida alguma, uma das maiores contribuições à nossa literatura histórica social, indispensável para o conhecimento da situação da economia nacional ao raiar do século XVIII"⁹. E, finalmente, para



José Honório Rodrigues, "'Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas' é um dos maiores livros que se escreveram sobre o Brasil em todos os tempos"¹⁰.

A importância do trabalho de Antonil ultrapassa as fronteiras da historiografia brasileira, encontrando-se entre historiadores estrangeiros quem lhe reconheça os méritos. Lembraríamos aqui apenas dois: João Lúcio de Azevedo, mestre da historiografia portuguesa contemporânea que se destacou pelas suas abordagens materialistas, e Charles R. Boxer, historiador britânico, muito conhecido entre nós pelo seu "A Idade de Ouro do Brasil". J. Lúcio de Azevedo aprecia a lucidez com que Antonil escreveu seu "notável livro"¹¹, citando-o nada menos que 28 vezes no seu clássico "Épocas de Portugal Económico". Observamos também que, no próprio texto, Lúcio de Azevedo se ocupa em trazer alguns dados biográficos de Antonil¹². C. R. Boxer, por sua vez, elogia o trabalho desse jesuíta como "obra fundamental" para o conhecimento da expansão do Império português no ocidente (1663-1750), citando-lhe 'ipsis verbis' um longo trecho¹³.

NOTAS

- ¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil. São Paulo, Melhoramentos; Brasília INL, 1975. t. III, p. 327.
- ² CAPISTRANO DE ABREU, apud RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1979. p. 394.
- ³ TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. Antonil e sua obra. In: ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, Brasília, INL, 1976. p. 23, 59.
- ⁴ Citado por TAUNAY, A. D'E. op. cit. p. 38.
- ⁵ CALÓGERAS, João Pandiã. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1972. p. 34 (Brasiliana, 42).
- ⁶ SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo, Ed. Nacional, 1969. p. 104 (Brasiliana, 10).
- ⁷ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978. p. 36, 76, 195, 263, 342, 373, 401, 408, 442.
- ⁸ Citado por RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1979. p. 405.
- ⁹ SALES, Fernando. Nota bibliográfica. In: ANTONIL, André João Cultura e opulência do Brasil. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. p. 11.
- ¹⁰ RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1979. p. 393.
- ¹¹ AZEVEDO, J. Lúcio de. Épocas de Portugal econômico. Lisboa, Clássica Editora, 1973. p. 343.
- ¹² Id. *ibid.*, p. 267.
- ¹³ BOXER, C. R. O império colonial português. Lisboa, Edições 70, 1977. p. 181 e 447.

A MÃO-DE-OBRA AÇUCAREIRA

Ao lermos a descrição de Antonil, na primeira parte da sua obra, a que trata da agro-indústria açucareira, fica bem patente que nela se encontram duas categorias de trabalhadores: aqueles que recebem alguma forma de remuneração e aqueles que estão submetidos a regime de escravidão.

Os trabalhadores que recebem alguma remuneração são chamados de maneira genética de "oficiais que tem soldada" e entre estes se incluem: mestre de açúcar, banqueiro, contrabancheiro, purgador, caixeiro da cidade e do engenho, feitores dos partidos e roças, feitor-mor do engenho e capelão. Estes oficiais eram escolhidos pelo senhor do engenho que, se soubesse escolher, contaria com preciosos auxiliares para o bom governo do engenho.

Os feitores eram os oficiais que mais diretamente se relacionavam com o senhor do engenho, auxiliando-o na administração da gente e da fazenda. Havia uma hierarquia de feitores, sendo todos subordinados ao senhor do engenho. O mais alto entre eles chamava-se "feitor-mor". Minuciosamente, Antonil especifica o que cabe ao feitor-mor, ao feitor da moenda e aos feitores dos partidos e fazendas. Resumidamente, suas funções seriam: fiscalizar o trabalho dos escravos no eito e no engenho, castigá-los quando necessário, e prender os fugitivos, os que brigassem ou se embebedassem - para que o senhor do engenho os castigasse. Uma vez que muitos castigos podiam ser aplicados pelo próprio feitor, a recomendação era no sentido de que este fosse moderado e cristão. Os castigos não deveriam ser excessivos (como surrá-los até correr sangue), nem injustos (como prender a escrava que não quis consentir em relações sexuais ilegais). O feitor-mor, além de suas funções relativas ao engenho mesmo, era ainda o elemento de ligação entre o senhor do engenho e os lavradores que moíam a cana no engenho.

Os salários eram diferentes nas várias categorias de feitores. O feitor-mor recebia sessenta mil réis; o feitor da



moenda, quarenta ou cinqüenta mil réis, se o trabalho se estendesse por 7 ou 8 meses. No caso de haver menos trabalho, seu salário costumeiro era de trinta mil réis. Os feitores dos partidos e fazendas recebiam quarenta ou quarenta e cinco mil réis.

O mestre era o oficial a quem cabia fazer o açúcar, ou seja, determinava as têmperas do melado a ser despejado nas formas. O sucesso do seu trabalho dependia muito do purgador de açúcar, bem como das boas relações com o feitor da moenda e com o banqueiro e seu ajudante. O mestre supervisionava o serviço nas caldeiras, desde o caldo vindo da moenda até o melado a ser batido e posto nas formas. Subordinados ao mestre estavam outros trabalhadores: o banqueiro (chamado também soto-mestre, por ser o seu substituto imediato), o ajudante do banqueiro (denominado soto-banqueiro ou ajuda-banqueiro), os caldeireiros e tacheiros.

Nos engenhos maiores, que chegavam a fazer quatro ou cinco mil pães de açúcar, o salário do mestre de açúcar era, comumente, de cento e trinta mil réis. Em engenhos menores, era de cem mil réis. O banqueiro recebia de trinta a quarenta mil réis. Como a função do ajuda-banqueiro normalmente era preenchida por um mulato ou crioulo escravo da casa, não lhe era estabelecido salário em dinheiro, mas o senhor deveria lhe dar algum "mimo para que a esperança deste limitado prêmio o alente suavemente para o trabalho".

O oficial chamado purgador de açúcar cuidava do melado posto nas formas até virar açúcar. Neste trabalho, ele fiscalizava o barro do girao e do amassador, determinava a colocação do barro nas formas para purgá-lo e recolhia o mel das formas para dele fazer o açúcar batido ou aguardente. Seu salário era de cinqüenta mil réis nos engenhos que fabricavam quatro mil pães de açúcar. Quando não existia este empregado, o mestre do açúcar acumulava suas funções.

O caixeiro do engenho cuidava do açúcar depois de purgado. Competia-lhe mandar retirar o açúcar das formas, pesá-lo e reparti-lo: o que cabia aos lavradores e ao senhor do engenho, o que tocava à Igreja, e a vintena ou quinto devido aos arrendatários. Sob sua responsabilidade ficava o encaixotamento, o depósito e o despacho do açúcar, devendo fazer assentamento de tudo.

Nos engenhos maiores, o caixeiro recebia quarenta mil réis; nos menores, trinta mil réis. No caso de exercer também função de feitor, em alguma parte do dia ou da noite, seu salário era de cinqüenta mil réis.

Ao caixeiro da cidade cabia receber o açúcar, já encaixado, mandá-lo ao trapiche, vender ou embarcar, conforme as determinações do senhor, mantendo em dia tais movimentos em um livro de assentamentos. O caixeiro da cidade também ajustava as contas, servia de agente, contador, procurador e depositário do seu amo. Os que trabalhavam mais recebiam uma soldada de quarenta ou cinquenta mil réis.

Apesar de ter feito referência a outros oficiais, como pedreiros e carapinas, Antonil não se deteve em especificar suas funções. Uma vez que a preocupação principal era o fabrico do açúcar, e estes oficiais não estavam diretamente envolvidos na sua produção, podemos compreender a omissão. Quanto aos seus salários, sabemos que o carapina da moenda recebia cinco tostões cada dia a seco e, se lhe davam de comer, um cruzado ou mais. O carapina de obra branca recebia remuneração semelhante. Os carapinas de barco e calafates recebiam sete tostões e meio, sem alimentação; quando recebiam alimentação, seu salário variava de seis tostões a duas patacas. Uma rápida menção é feita de que, nos engenhos possuidores de olaria, trabalhavam neste setor um "oleiro com soldada", dirigindo seis ou sete escravos. Quanto à remuneração dos outros oficiais, não temos em Antonil maiores dados.

Entre as pessoas que o senhor de engenho escolhia, e que recebiam salários, estava também o capelão. A este cabia ensinar as coisas referentes à vida cristã, não apenas para a família do senhor, mas também a todos os que trabalhavam no engenho, incluindo os escravos. O capelão recebia, cada ano, quarenta ou cinquenta mil réis. Se, além do trabalho de capelania, ele era encarregado de ensinar aos filhos do senhor do engenho as disciplinas seculares, seu salário era maior - de acordo com o trabalho realizado.

Além desses trabalhadores regulares que recebiam salário, o engenho poderia comprar uma mão-de-obra ocasional: os jornaleiros. Estes eram vadios que passavam pelo engenho. Tendo o senhor do engenho enxadas e foices disponíveis, poderia empregá-los, pagando-lhes um salário chamado "jornal". Seu trabalho era supervisionado pelo feitor. Não fica explícito quais eram as suas ocupações mas, pelos instrumentos usados, concluímos serem os trabalhos comuns do eito, tal como a capinação.

Afora os salários pagos aos diversos oficiais, o se-

nhor do engenho deveria ainda proporcionar-lhes moradia, sendo conveniente que ficasse separada da casa do senhor.

A maior força de trabalho na indústria açucareira era, sem dúvida, fornecida pelo escravo, daí a conhecidíssima expressão de Antonil ao iniciar o capítulo que trata especificamente da escravaria: "Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente". Nos engenhos maiores, a escravaria chagava a ter de cento e cinquenta a duzentas peças, entre os escravos de enxada e foice, que trabalhavam nos partidos, e os que trabalhavam na moenda ou engenho propriamente dito. Nos partidos, a plantação, as limpas necessárias e o corte da cana eram feitos por escravos - homens e mulheres -, supervisionados pelo feitor. Tanto os escravos como as escravas eram utilizados no corte da cana, embora, comumente, aqueles cortassem e estas amarrassem os feixes. Para o provimento da lenha necessária ao engenho, também eram empregados os escravos. Normalmente este trabalho, por exigir um instrumento mais pesado (machado), era somente feito por homens.

Na casa de moer a cana, trabalhavam sete a oito escravas. Três delas traziam a cana para a moenda, uma metia-a na moenda, outra passava o bagaço. A outra competia consertar e acender as candeias, limpar o cocho do caldo, os agulhões da moenda, refrescá-los com água e lavar a cana enlodada, e à última, finalmente, cabia botar fora o bagaço. Após a moagem, outras escravas guindavam o caldo do cocho para as caldeiras, enquanto que algumas eram encarregadas da lavagem de toda a moenda a cada vinte e quatro horas. Segundo o autor, entre estas escravas havia revesamentos, trabalhando cada uma a metade do dia e a metade da noite. Há de se notar, no entanto, que era um trabalho por demais estafante, pois o próprio Antonil observa que as escravas que trabalhavam na moenda corriam grande perigo de terem a mão ou o braço apanhados pelos seus eixos "por força do sono, ou por cansada".

Nas caldeiras e tachas trabalhavam, além dos oficiais já referidos, oito caldeireiros, quatro tacheiros e uma escrava conhecida como "calcanha". Os escravos caldeireiros lidavam com o caldo até que se transformasse em melado, quando então era levado às tachas, ficando os tacheiros encarregados de cozer e bater até ao ponto de encher as formas de açúcar. A "calcanha" cabia varrer a casa, consertar e acender as candeias, tirar as

segundas e terceiras escumas do seu próprio parol e torná-las a botar na caldeira. O serviço nas caldeiras e tachas era sobremaneira pesado, devido ao calor a que estavam permanentemente sujeitos os que aí trabalhavam. Como forma de punição, negros ou mulatos fugitivos ou culpados de outras maldades eram colocados como tacheiros e caldeireiros, amarrados com grandes correntes de ferro a um cepo, "para que desta sorte o ferro e o trabalho os amanse". O transporte das formas de açúcar do tendal para a casa de purgar era feito às costas dos escravos ou estes as carregavam sobre paviolas.

Nas casas de purgar, o purgador do açúcar contava com: quatro escravas, que entaipavam e botavam o barro nas formas, dando-lhes as lavagens devidas; duas negras, chamadas "mães de balcão", que mascavam e apartavam os tipos de açúcar, auxiliadas por até dez outras escravas; uns escravos para trazerem as formas, aventarem-nas e retirarem delas os pães; e um negro amassador de barro, que tomava o barro de purgar do girao, desfazia-o com água, movia-o e amassava até o ponto de colocá-lo nas formas. Da casa de purgar ao balcão de mascavar, as formas eram transportadas pelos escravos, em suas próprias costas ou em paviolas. No balcão de mascavar trabalhavam as mães de balcão, já referidas, e outras escravas que, com toletes, quebravam os torrões do mascavado para levar o açúcar aos balcões de secar. Novamente o transporte cabia aos escravos e a estes competia também revirar o açúcar nos balcões de secar - para ele secar completamente.

Na caixaria, ajudando o caixeiro, trabalhavam negros e negras: na pesagem e no encaixamento do açúcar, como também no pilar, igualar, pregar e marcar as caixas segundo o seu dono. Cabia também aos escravos transportarem a carreta para embarcar o açúcar, quando o senhor o embarcava por sua própria conta - o que ocorria geralmente se o engenho ficava à beira-mar.

Como o engenho exigia muitas outras atividades auxiliares, nestas também era do braço escravo que provinha a maior força de trabalho: nos ofícios mecânicos, nas oficinas e também no trabalho doméstico, "ou ocupados em outras partes".

Para o cultivo de subsistência, também se utilizava o trabalho escravo. Costumeiramente, o senhor dava um dia na semana para que os escravos cultivassem suas roças; trabalho feito sob a supervisão do feitor.

A MÃO-DE-OBRA NA LAVRA DO TABACO

São muito escassas, em Antonil, as informações referentes ao tipo de mão-de-obra utilizada na lavoura do tabaco. Não estão claras as relações de produção, sobretudo quando buscamos ver alguma forma de trabalho assalariado.

Embora o autor afirme (Cap. V) que na fábrica e na cultura do tabaco "trabalhavam grandes e pequenos, homens e mulheres, feitores e servos", ele especifica que a plantação dos pés de fumo cabia a rapazes. Os outros cuidados necessários à planta, até à colheita das folhas, cabiam a todos. Deste modo, toda a gente se ocupava em catar as lagartas duas vezes por dia. Todos se ocupavam em tirar os olhos que nascem depois de ser caída a planta, trabalho este que era feito por "negros mestres".

A colheita era feita por pessoas que sabiam o tempo apropriado de colher as folhas. Dependurar as folhas nos altos para a secagem era também tarefa feita por toda a gente de serviço. Tirar o talo das folhas - o que recebia o nome de "espincar" ou "pinicar" - era serviço feito por pequenos e grandes. Os outros trabalhos exigiam trabalhadores mais especializados e assim não ocupavam todos, indistintamente. Um negro robusto torcia as folhas de fumo com uma roda ou engenho de torcer, fazendo delás uma corda de cerca de três dedos. Ajudando-o, ficavam alguns rapazes que davam as folhas para se torcerem e outro que colhia a torcida sobre um pau ou sobre o aparelho. Um negro experimentado tomava de outras folhas e com elas cobria a corda, fazendo-a bem redonda. Depois de torcidas as cordas, a cada dia elas eram desenroladas e mudadas de um pau para outro para não virem a apodrecer. Este trabalho competia a três negros mestres que movimentavam o chamado "virador": um que largava a corda, outro que a colhia e outro que andava no virador. Três ou quatro negros mais destros se ocupavam de ajuntar as cordas, isto é, pôr a corda de três bolas em um pau. Os rolos de fumo eram então cobertos com folhas de caravatá secas amarradas com embiras e depois postas em uma capa de couro da medida do rolo. Este trabalho de enrolar era feito por bons oficiais.

Se a designação de "negros" referir-se a escravos e a de "oficiais", a assalariados, na lavoura do tabaco trabalhavam homens submetidos à escravidão e outros que percebiam salários. Não há, no entanto, nenhuma referência ao salário possivelmente pago a tais oficiais - o que Antonil registra tão minuciosamen-

te quando trata da indústria açucareira.

A MÃO-DE-OBRA NAS MINAS DE OURO

Não é tão extenso o relato de Antonil no que se refere às minas de ouro. Deste modo, pudemos colher pouco sobre a mão-de-obra utilizada.

O trabalho de cata nos ribeiros era feito por escravos ou índios e o rendimento do dono da data dependia muito do número de escravos que empregasse. Cremos que, ao falar de "escravos", o autor se referia a africanos, posto que os índios, desde época remota, eram utilizados pelos paulistas como escravos, também. Devido à riqueza circulante na região e à escassez de mantimentos, pela canalização dos esforços na cata do ouro, aqueles que se dedicavam ao comércio de alimentos obtinham altos lucros. Visando obter lucros em tais negócios, algumas pessoas mantinham negras cozinheiras, mulatas doceiras e negros taverneiros. A mão-de-obra negra empregada era proveniente em grande parte da região açucareira. O alto preço pago pelo escravo trazia problemas para os senhores da região Nordeste, desfalcados dos braços escravos que então utilizavam. Esta situação fazia com que os senhores de engenho e os lavradores de fumo "por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal".

A MÃO-DE-OBRA NA CRIAÇÃO DO GADO

Antonil não descreve a mão-de-obra usada na criação do gado nas regiões dos currais. A mão-de-obra que aparece é aquela empregada no transporte das boiadas da zona dos currais para o litoral, onde o gado era abatido e seu couro usado para a embalagem do fumo ou para a exportação. Os que traziam as boiadas dos currais para a cidade eram brancos, mulatos, pretos e também índios. Não está, porém, definido qual o tipo de relação de produção que se estabelecia entre estes trabalhadores e o proprietário do curral. Os que conduziam as boiadas eram também os que cuidavam do gado nos currais? - é outra questão que se levanta. Os tangedores e guias que levavam as boiadas recebiam segundo o número de cabeças que tangiam. Por cada cabeça de gado chegada ao local de destino, o tangedor recebia um cruzado. Os índios recebiam um pagamento menor: de quatro a cinco



mil réis. O homem que, com seu cavalo, guiava a boiada recebia oito mil réis. Estes pagamentos eram os costumeiros quando as jornadas levavam de quinze a dezessete dias. Caso o percurso fosse maior, exigindo mais tempo, o pagamento aumentava proporcionalmente, tanto para os tangedores como para os guias.

O SISTEMA FUNDIÁRIO

NA REGIÃO AÇUCAREIRA

Escrevendo a sua obra em princípios do século XVIII, André João Antonil não descreve a ocupação primeira das terras onde, nesta época, se desenvolvia a cana-de-açúcar. Quando se refere à aquisição de terras para a montagem de um engenho, diz que o senhor do engenho deveria ter cabedal suficiente para poder comprá-las. Isto faz supor que havia várias formas de posse das terras, uma vez que se recomendava ao comprador verificar com seus próprios olhos que "títulos de domínio tem o vendedor" (Livro I, Cap. II). Os bens comprados poderiam ser vinculados ou livres, e neles podiam ter parte órfãos, igrejas ou mosteiros. Por causa das dívidas de muitos senhores, as terras muitas vezes estavam sujeitas a obrigações e hipotecas. As terras eram demarcadas e, se fossem mantidos bem vivos os marcos, se evitariam posteriores questões, quando então era necessário contratar advogados, solicitadores e escrivães. A compra de terras era legalizada formalmente em "papéis e escrituras".

Distinguimos também outro tipo de proprietário que tinha a posse da terra. Estes eram lavradores que, sendo proprietários de terras, não eram, no entanto, possuidores de engenhos. Eram plantadores de cana e, como podiam moer sua cana em qualquer engenho, denominavam-se de lavradores de "cana livre". O bom tratamento que fosse dado pelo senhor de engenho atraía os lavradores de "cana livre" que optariam por moer em seu engenho. O lavrador de "cana livre" podia tornar-se lavrador de "cana cativa". Isto acontecia quando um senhor de engenho comprava ao lavrador de "cana livre" a obrigação de a moer em seu engenho; neste caso o senhor recebia a metade do açúcar. Caso o lavrador quisesse romper esta obrigação, restituiria ao senhor a quantia que recebera na transação.

Outra circunstância em que se criavam os lavradores de "cana cativa" era quando o senhor do engenho vendia parte das suas terras, ficando o comprador obrigado a moer no engenho do vendedor.

Tanto os lavradores de "cana livre" como os de "cana obrigada" eram proprietários de suas terras, mas haviam outros lavradores que não detinham a posse das terras que cultivavam;

arrendavam-nas de um senhor de engenho. O arrendatário era "lavrador obrigado ao engenho". Variava o tempo do arrendamento: podia ser de nove anos com um de despejo, com a obrigação de deixarem tantas tarefas de cana, ou de dezoito anos ou mais, com obrigações e um número de tarefas segundo o costume local. Ao arrendar parte de suas terras, os senhores costumavam passar uma "escritura de arrendamento", onde se estabeleciam as condições do contrato. Os arrendatários poderiam passar o arrendamento a um terceiro, o que deveria ser feito com o consentimento do senhor das terras.

No tempo da moagem, os lavradores eram atendidos cada um por seu turno. Os senhores avisavam qual era o dia de cada um, para que pudessem cortar e carrear a cana na ocasião oportuna. Os lavradores que cultivavam a cana em suas próprias terras e moíam no engenho pagavam ao senhor a metade do açúcar produzido com suas canas. O lavrador que cultivava em terras cedidas pelo senhor, na condição de arrendamento, pagava a vintena (um pão em cada vinte), a quintena (um em cada quinze), ou o quinto, conforme o acertado nos contratos.

As terras compradas para a montagem de engenhos deveriam se prestar para o plantio da cana, para pastos e roças, e fornecêr água e lenha. A manutenção das fornalhas para as caldeiras e tachas exigia uma grande quantidade de lenha que era fornecida pelas matas encontradas nas terras do engenho. Estas também forneciam a maior parte da madeira necessária às construções e à maquinaria do engenho. Outra parte das terras servia de pasto para o gado graúdo, incluindo bois, bestas, ovelhas e cabras, e nela criava-se também o gado miúdo (perus, galinhas e patos). Estes animais serviam como força motriz para o engenho ou como recurso de alimentação. O cultivo de roças ficava sob a responsabilidade dos escravos. Cultivava-se mandioca e legumes nas terras areísticas, mistura de areia e salões (terra vermelha), existentes nos engenhos. Nas terras do engenho deveriam se encontrar também apícus (que são as coroas que fazem o mar entre si e a terra firme e as cobre a maré) de onde se retirava o barro para purgar o açúcar. Antonil diz que em alguns engenhos faltavam algumas destas coisas, como por exemplo, nos engenhos à beira-mar às vezes faltavam roças ou matos. Levanta-se então o problema do suprimento do engenho no que se refere à alimentação e lenha. A alimentação era complementada com peixes do mar ou rio e com mariscos dos mangues.

NA CULTURA DO FUMO

Na segunda parte da obra, aquela que trata da lavoura do tabaco, não encontramos nenhuma notícia sobre o sistema fundiário nesta cultura. Uma vez que sabemos que o fumo foi cultivado nas regiões próximas à cultura açucareira, somos levados a pensar que aí predominava o mesmo regime de propriedade da região açucareira. Como o beneficiamento do fumo era bem mais simples que o do açúcar, não cremos que aí existisse o sistema de arrendamento tal como no caso do açúcar.

NA ZONA DA MINERAÇÃO

Ao tratar das minas do ouro, Antonil dedica um extenso capítulo, o mais extenso de toda a obra, à argumentação para mostrar que as terras onde se descobriam o ouro eram propriedade legítima do soberano. El-Rei era senhor legítimo das minas porque o Sumo Pontífice, "Vigário de Cristo na terra", houvera feito doação das terras descobertas a ele. Em princípio, portanto, os bens do subsolo eram de propriedade real, mesmo que as terras pertencessem a particulares. Mas sem condições de explorar diretamente as minas, a Coroa concedia o privilégio de sua exploração a particulares, cobrando um quinto dos rendimentos auríferos. Deste modo, quando alguém descobria uma região onde se encontrava ouro, isto era comunicado ao funcionário real, os guardas-mores, e a zona era demarcada em áreas, chamadas "datas". O descobridor recebia duas "datas", uma como descobridor e outra como mineiro. A El-Rei cabia uma "data" e outra ao guarda-mor. O restante das "datas" eram distribuídas por sorte, entre os mineiros que apresentassem condições de exploração, isto é, a posse de "escravos ou índios". As "datas" variavam de tamanho. A que recebia o Rei, o guarda-mor e o descobridor possuíam trinta braças em quadra, eram denominadas "datas inteiras". A extensão das outras era proporcional ao número de escravos que o mineiro apresentasse para a cata. A data que cabia a El-Rei era logo posta em leilão. As datas podiam passar a terceiros mediante venda ou troca. Mas não encontramos em Antonil informação sobre as condições em que eram feitas estas negociações. Devido a este sistema, muitos daqueles que encontravam minas procuravam mantê-las em segredo, para delas se aproveitarem totalmente e não as sujeitarem à repartição.

O relato a respeito do uso da terra para a lavoura de

subsistência é incompleto, suas notícias são esparsas, deixando muitas questões a serem respondidas. Na descrição dos roteiros que vão dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, Antonil se refere às "roçarias de milho e feijão a perder de vista, donde se provêem os que assistem e lavram as minas". Também várias roças se localizavam nas proximidades do arraial do Ouro Preto, podendo ser atingidas em jornada pequena. Entre Ouro Preto e o Rio das Velhas, também encontravam-se roças. No Capítulo VIII encontramos rápida menção a plantações e a compra de roças de milho nas minas, e a negociações com roças e mantimentos. Em nenhuma destas referências podemos perceber, no entanto, qual o regime de propriedade destas terras, ou o tipo de mão-de-obra utilizada nestas "roçarias a perder de vista".

Grande parte do abastecimento de víveres na região mineratória, entretanto, dependia de fornecimentos vindos de outras regiões. É assim que de Paranaquã vinham as boiadas para abastecer as minas gerais, e dos sertões baianos para as minas do Rio das Velhas. Outros produtos também vinham de outras regiões, uma vez que os moradores de todos os lugares sofreram com a carestia dos mantimentos, posto que os produtores de outras regiões levavam suas mercadorias para vender na região do ouro, onde, dado o alto preço pago por todas as coisas, as mercadorias proporcionavam maiores lucros. Este abastecimento de fora, no entanto, não era suficiente, pois a região sofria de constantes problemas de alimentação. Antonil afirma que existiam tais dificuldades no fornecimento da alimentação "por ser esterilíssima a terra que dá ouro e a que está no caminho das minas". Consideramos, porém, que o fascínio do enriquecimento rápido na cata do ouro é que levava ao descuido da lavoura de subsistência.

NA REGIÃO DE PECUÁRIA

As terras do sertão da Bahia, onde se criava gado, quase todas pertenciam a duas das principais famílias da capitania: a da Torre e a de Antônio Guedes de Brito. Por Antonil, não sabemos como estas famílias vieram a ser proprietárias destas terras. Na região, as fazendas podiam ser dos próprios donos, descendentes dos primitivos proprietários, ou dos que arrendavam parte delas. Os sítios arrendados ordinariamente eram da extensão de uma légua e os arrendatários pagavam dez mil réis de foro anualmente.



A necessidade de couro para encourar os rolos de tabaco que eram embarcados para a Europa fazia com que na região do Recôncavo Baiano houvesse sempre carne disponível à população de maiores recursos. Os negros, por sua vez, aproveitavam-se da fressura, bofes, tripas, sangue e demais fatos das reses. No sertão mais alto, a carne e o leite eram o mantimento ordinário de todos.

APRECIÇÃO PESSOAL

Durante a leitura de "Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas", tivemos ocasião de perceber no autor o mesmo que notamos em outras obras de cronistas da época e mesmo em historiadores mais modernos, ou seja, a rica descrição de Antonil é feita a partir de uma identificação com a classe dominante.

Em nenhuma parte da obra pudemos localizar algum desejo de uma mudança profunda do "status quo". Todas as pessoas que aparecem se definem na pirâmide social a partir de sua relação com os que têm poder e prestígio, quer sejam senhores de engenho, quer fazendeiros ou mineiros. Se o senhor de engenho não sabe administrar bem sua propriedade, escolher seus ajudantes e relacionar-se bem com os mesmos, serão seus os prejuízos. O senhor de engenho ideal é aquele que sabe maximizar o aproveitamento da força de trabalho de que dispõe e fazer com que os recursos produtivos funcionem de tal modo que alcancem o nível "ótimo". Não se levanta a possibilidade de que uma administração menos eficiente sob o ponto de vista unicamente lucrativo possa vir a ser mais humana e socialmente mais benéfica. Se isto constatamos no caso do senhor de engenho, onde temos uma descrição mais pormenorizada, cremos que também observaríamos no caso da lavra do tabaco, nas minas do ouro e na pecuária. Esta visão do autor é explícita e consciente uma vez que no "Proêmio" ele afirma que um dos seus objetivos é instruir a quem deseja tornar-se senhor de engenho: "... e que de novo entrar na administração de algum engenho, tenha estas notícias práticas, dirigidas a obrar com acerto, que é o que em toda a ocupação se deve desejar e intentar"¹. É também significativo atentarmos para o grande número de capítulos cujo título inicia-se: "Como se há de haver o senhor do engenho com...".

O prisma pelo qual o Brasil é visto também é o do explorador metropolitano. Desde o subtítulo da obra já podemos notar isto, posto que o Brasil é descrito por suas "drogas e minas". Ali mesmo o autor afirma que traz "notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e descobrir as de prata e dos grandes emolumentos

que esta conquista da América Meridional dá ao reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais". O Brasil só interessa pelo que "dá ao reino de Portugal". E se, no capítulo último de sua obra, Antonil defende que o Brasil deve ser favorecido, sua preocupação não é a de que aqui se construa uma nova nação. A justificativa para que o Brasil receba alguns favores é baseada no muito que ele já deu, tornando-se "a melhor e mais útil conquista (...) de quantas outras conta o reino de Portugal"².

Daí decorre a concentração do autor nos produtos de exportação: açúcar, tabaco, ouro e couro. A produção agrícola destinada ao mercado interno é completamente esquecida e, se em algumas ocasiões aparece, é como um complemento necessário à manutenção do sistema exportador. As referências à produção de subsistência surgem esporadicamente, aqui e ali, espalhadas ao longo dos capítulos sobre o açúcar. Ao lermos sobre a lavoura do tabaco, não sabemos como era feito o provisãoamento dos bens de subsistência. Quase o mesmo acontece na descrição da exploração aurífera. Há referência a roçaria e a produtores de alimentos, mas quem eram estes produtores? De onde provinham? Qual a mão-de-obra que mantinha as roçarias "donde se provêm os que assistem e lavram as minas"? Neste ponto Antonil incorre no erro apontado por Maria Isaura Pereira de Queiroz em relação aos estudiosos do meio rural brasileiro que "verificam a existência de apenas duas camadas na sociedade"³. É completamente esquecida a existência de uma população que no campo não era nem senhor e nem escravo, não era grande fazendeiro mas também não era trabalhador sem terra. Tomando por base os estudos do historiador francês Marc Bloch e do antropólogo norte-americano Robert Redfield, a Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz define esta categoria existente entre o senhor e o escravo como "campesinato", afirmando categoricamente que "esta camada existiu sempre, desde o início da colonização do país"⁴. "Na verdade houve em todos os tempos um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com as fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de criação de gado e tendo a seu cargo a produção de abastecimento para estas empresas e para os povoados"⁵. E reafirma: "é como um campesinato que se define a camada intermediária da população rural brasileira, colocada entre os fazendeiros e os escravos; no período colonial; (...) sua situação ora se conforma com as descrições de Marc Bloch, e de Henri Mendras para o campesinato francês tradicional (...); ora se aproxima

das descrições de Robert Redfield e de Richard P. Schaedel, que os consideram dependentes das cidades"⁶. Por que, então, este campesinato está ausente na obra de Antonil? Exatamente porque à metrópole não trazia nenhum lucro a produção desta camada livre. Aos exploradores metropolitanos pouco importava como as populações coloniais se abasteciam. O que de fato interessava era o "valor de todo o açúcar que cada ano se faz no Brasil", os "grandes lucros" dados "aos mercadores que o compraram", e os "maiores emolumentos à Fazenda Real nas alfândegas". E coisas semelhantes são ditas por Antonil com relação aos outros produtos que tantos lucros traziam para Portugal.

Observamos, também, que passou despercebido ao nosso jesuíta que a dependência dos senhores de engenho com relação ao mercado externo e aos capitais fornecidos do exterior fazia com que o enriquecimento fosse sorte de uns poucos. A dependência do senhor de engenho com o exterior só aparece mais extensamente em um capítulo e, mesmo assim, Antonil não chega a tirar do fato suas mais importantes conseqüências. Ao falar do prestígio e da riqueza dos senhores de engenho, deixa-nos a impressão de que esta situação era generalizada. E quando o autor admite o fracasso de um senhor de engenho, atribui isto à "falta de governo e agência"⁷. Em seus estudos, Gilberto Freyre mostra que "o luxo asiático, que muitos imaginam generalizado ao norte açucareiro, circunscreveu-se as famílias privilegiadas de Pernambuco e da Bahia. E este mesmo luxo mórbido, doentio, incompleto. Excesso numas cousas, e esse excesso à custa de dívidas; deficiências noutras. Palanquins forrados de seda, mas te^lha vã nas casas-grandes e bicho caindo na cama dos moradores"⁸. Mais adiante o mesmo autor mostra o "formidável contraste nos senhores de engenho: a cavalo grandes fidalgos de estribo de prata, mas em casa uns franciscanos, descalços, de chambre de chita e às vezes só de ceroulas. Quanto às grandes damas coloniais, ricas sedas e um luxo de tetéias e jóias na igreja, mas na intimidade, de cabeção, saia de baixo, chinelo sem meias. Efeito em parte do clima, esse vestuário tão à fresca; mas expressões do franciscanismo colonial, no trajar, como no comer de muito fidalgo, dos dias comuns"⁹.

A perspectiva que Antonil possuía da escravidão se assemelha muito à que encontramos na moral e no direito hebraicos. Os hebreus não estavam muito interessados na discussão de princípios abstratos e de fundamentos teóricos em sua legislação.

Com relação à escravidão, por exemplo - e nisto vemos um ponto em comum com o nosso autor - não encontramos uma condenação como se fora um mal em si mesma: A legislação hebraica procurava antes prevenir a escravidão permanente de cidadão hebreu, e garantir tratamento e condição humana aos escravos. "Distinguíam-se entre os hebreus duas classes de escravos: o escravo hebreu e o estrangeiro; a ambos assistiam certos direitos assegurados quer pela própria legislação mosaica, quer pelo costume. Assim, por exemplo, entre os direitos do escravo estrangeiro salvaguardados pela tradição judaica, podemos enumerar: casar-se com uma escrava, possuir bens, converter-se ao judaísmo, receber a liberdade, em determinadas circunstâncias"¹⁰. O humanitarismo que cercava a escravidão entre os hebreus é bem demonstrada neste texto:

Se um dos teus irmãos, hebreu ou hebréia, te for vendido, servir-te-á seis anos, e no sétimo o despedirás, livre, da tua casa. E quando o despedires, livre, da tua casa, não o farás de mãos vazias; antes, carregá-loás com presentes, do teu rebanho, da tua eira e do teu lagar; dar-lhe-ás parte dos bens, com os quais o Senhor, teu Deus, te abençoar. Lembrar-te-ás que foste escravo na terra do Egito, e que o Senhor, teu Deus, te resgatou; por isso é que, hoje, te dou este mandamento. Mas se teu escravo te disser: Não quero abandonar-te, porque te ama a ti e à tua casa, e se encontra bem na tua casa, tomarás, então, uma soveia e lhe furarás a orelha na porta, e será, para sempre, teu escravo. Não te pese alforriá-lo, porque, servindo-te seis anos, valeu-te o dobro do salário de um mercenário, e o Senhor, teu Deus, te abençoará em tudo o que fizeres. (Deuteronômio 15:12-18)

Quando Antonil fala a respeito dos feitores, por exemplo, afirma que o ideal era o senhor ter um feitor "moderado e cristão". Ele, pois, não via incompatibilidade entre a escravidão e o cristianismo. O tratamento dado ao escravo deveria ser mais humano, não o castigando em excesso e só o fazendo com justiça, havendo averiguação prévia da culpa. Entre as funções do feitor estava assistir os acidentados em trabalho e os doentes, como também cuidar para que se desse aos escravos algum descanso. Princípios de justiça semelhantes aos do direito hebraico aparecem quando Antonil recomenda aos senhores agir com justiça, significando com isso: que os escravos deveriam receber suficiente alimento, mezinhas nas doenças, vestuário decente e a mo-

deração do trabalho de modo a não ser superior às forças do que trabalha. Com relação a este último ponto, Antonil é mais específico, recomendando aos feitores que só exijam dos trabalhadores o que cada um pode dar, levando em conta a idade, as forças de cada um, as mulheres pejudadas de mais de seis meses, as mulheres que pariram há pouco, os velhos e as velhas e os convalescentes de doença grave. Entre os hebreus "o escravo deveria ser protegido contra os que impunham tarefas por demais pesadas"¹¹.

Observamos, também, que a justiça e o humanitarismo que aparecem em Antonil têm a mesma base do direito hebraico. Decorrem de princípios religiosos - A existência de um Deus moral diante do qual os homens um dia prestarão conta dos seus atos. Esta perspectiva também é encontrada no Cristianismo. Nos escritos paulinos lemos: "Senhores, tratai vossos escravos com justiça e equidade, sabendo que vós também tendes um Senhor no céu" (Colossenses 4:1). Semelhante idéia encontramos em Antonil ao lermos: "Não lhes dar farinha, nem dia para plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia, e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo?"¹².

No que se refere ao tratamento dado aos escravos, há ainda um caso particular muito interessante. "Com respeito à fornicação (...) eram punidas as relações sexuais com escravos (Lev. 19.20ss), o que demonstra o respeito, que o ser humano, como tal, independentemente de sua condição social, merecia do legislador hebreu"¹³. Em "Cultura e Opulência do Brasil" o seu autor também defende o respeito à escrava como ser humano, considerando uma violação da justiça o feitor punir de qualquer forma "a escrava que não quis consentir no pecado"¹⁴.

Em Antonil tivemos ocasião de notar também que Deus é apresentado como visitador dos oprimidos, dos pobres, daqueles que são vítimas da injustiça. Este Deus, que em sua natureza é justiça, um dia vindicará a causa dos humildes e lhes fará justiça contra aqueles que os oprimem. Os escravos "clamarão de tal sorte a Deus, que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios (...) ou permitirá que (...) algum cruel inimigo leve esses senhores para suas terras, para que nelas experimentem quão penosa é a vida que eles deram e dão continuamente aos seus escravos"¹⁵. Esta mesma teologia é encontrada no Código Mosaico:

Não oprimirás o (...) pobre e necessitado seja ele teu irmão, ou estrangeiro, que está na tua terra e na tua cidade (...) para que não clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado. (Deuteronômio 24:14-15).

Posteriormente, com mais ênfase, a mesma coisa surge na literatura sapiencial-poética e nos profetas hebraicos:

Deus conhece as obras dos homens (...)

Dele se desviaram (...)

e assim fizeram que o clamor dos pobres subisse até Deus, e este ouviu o lamento dos aflitos. (Jô 34:25-27)

Por causa da opressão dos pobres e do gemido dos necessitados, eu me levantarei agora, diz o Senhor, e porei a salvo a quem por isso suspira. (Sl. 12:15)

Javé eleva-se no seu tribunal, de pé, para julgar seu povo. O Senhor entra em juízo contra os anciãos do seu povo, e contra os seus príncipes. Vós sois os que consumistes esta vinha; o que roubastes do pobre está em vossas casas. Que há convosco que esmagais o meu povo e moeis a face dos pobres? diz o Senhor, o Senhor dos Exércitos. (Isaias 3:13-15).

Nestes exemplos bem significativos e, sutilmente, em toda a obra, constatamos uma visão que reflete muito a influência judaico-cristã no ocidente. No caso particular de João Antônio Andreoni, isto é facilmente compreensível quando nos lembramos da formação religiosa que recebeu. Até mesmo quando trata das coisas naturais, a sua perspectiva transcende:

As inclemências do céu são o principal inimigo que tem as canas, assim como os outros frutos e novidades da terra, querendo Deus, com muita razão, que se armem contra nós os elementos, por castigo das nossas culpas, ou para exercício da paciência ou para que nos lembremos que Ele é o autor e conservador de todas as cousas, e a Ele recorramos em semelhantes apertos¹⁶.

Em algumas imagens Antonil vê parábolas da vida espiritual. O barro e as lavagens que sobre ele se dão para branquear o açúcar lhe lembram que pelo reconhecimento da sua imperfeição e pelo arrependimento o homem tem a sua alma purificada: "Nem carece de admiração o ser o barro, que de sua natureza é imundo, instrumento de purgar o açúcar com suas lavagens, assim como com a lembrança do nosso barro, e com as lágrimas se purificam e branqueiam as almas, que antes eram imundas"¹⁷.

Embora tenha reconhecido uma dimensão ética nas relações econômicas, tal como os hebreus nos tempos bíblicos¹⁸, Antonil muitas vezes justifica certos comportamentos nas relações de produção a partir de uma base puramente utilitarista e lucrativa. O bom tratamento dado pelo senhor do engenho aos lavradores faz estes "trazerem os seus partidos bem plantados e limpos, com grande emolumento do engenho"¹⁹. Se os senhores tratassem bem os filhos pequenos dos escravos, dando-lhes qualquer agrado, lucraria muito mais, pois os escravos buscariam ter filhos. "Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos é causa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas". Comportamento contrário traria prejuízo pois "algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem"²⁰.

Sua posição é, portanto, um pouco ambígua. Em alguns momentos, encontramos recomendações no sentido de que o senhor do engenho dê um tratamento mais humano aos escravos; recomendações com base numa ética cristã e por uma consideração a sua pessoa. Noutras passagens, os conselhos relativos ao cuidado com o escravo visavam tão somente a não prejudicar o caro instrumento de trabalho. Observemos este trecho:

Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir em dar golpes, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejudadas, em dar com pau nos escravos, porque na cólera não se medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro, e perdê-lo²¹.

Em outra ocasião, ao listar os preços das mercadorias na região das minas, Antonil coloca sob um mesmo título "Preços dos escravos e das cavalgaduras". Neste ponto ele assume perfeitamente a posição da classe possuidora de escravos, pois estes aparecem juntamente com as cavalgaduras, são vistos apenas no seu aspecto de força de trabalho e não na sua condição de pessoa humana.

Apesar disso, "Cultura e Opulência do Brasil", de André João Antonil, é, sem dúvida, como a viu José Honório Rodrigues, "uma obra não só descritiva, como pragmática", claramente expressando "sua intenção paliativa em relação aos escravos", trazendo uma "lição moral espalhada pelo livro sobre a economia e o homem"²².

NOTAS

- 1 Pág. 69.
- 2 Pág. 205
- 3 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 11.
- 4 Id., ibid. p. 14. O grifo é nosso.
- 5 Id., ibid. p. 26.
- 6 Id., ibid. p. 31.
- 7 Livro 1, cap. I, p. 76.
- 8 FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978. p. 38.
- 9 Id., ibid. p. 39.
- 10 GIORDANI, Mário Curtis. História da antigüidade oriental. Petrópolis, Vozes, 1972. p. 232-233.
- 11 BELL, John Fred. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p. 28.
- 12 Livro 1, cap. IX, p. 91.
- 13 GIORDANI, M. Curtis. Op. cit. p. 238.
- 14 Livro 1, cap. V, p. 84.
- 15 Livro 1, cap. IX, p. 91.
- 16 Livro 2, cap. III, p. 104.
- 17 Livro 3, cap. V, p. 133.
- 18 A propósito, ver: BELL, John Fred. Op. cit. p. 33ss.
- 19 Livro 1, cap. III, p. 79.
- 20 Livro 1, cap. IX, p. 92.
- 21 Livro 1, cap. V, p. 84. O grifo é nosso.
- 22 RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1979. p. 393.



BIBLIOGRAFIA

1. ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.
2. AZEVEDO, J. Lúcio de. Épocas de Portugal econômico. Lisboa, Clássica Editora, 1973.
3. BOXER, C. R. O império colonial português. Lisboa, Edições 70, 1977.
4. BELL, John Fred. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
5. CALÓGERAS, J. Pandiã. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1969. (Brasiliana, 10).
6. CASTRO, Cláudio de Moura. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976.
7. FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.
8. GIORDANI, Mário Curtis. História da antigüidade oriental. Petrópolis, Vozes, 1972.
9. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1976.
10. RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil: la. parte: historiografia colonial. São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1979. (Brasiliana: Grande formato, 21).
11. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
12. SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo, Nacional, 1969. (Brasiliana: Grande formato, 10).
13. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.

Reg: 2426